

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1479/XIII/3ª

RECOMENDA AO GOVERNO MEDIDAS PARA IMPEDIR O DESPEJO MASSIVO NAS TORRES DA SEGURADORA FIDELIDADE EM SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS (LOURES)

A seguradora Fidelidade está a informar os moradores de quatro prédios em Santo António dos Cavaleiros, concelho de Loures, dos quais é proprietária, que os seus contratos de arrendamento não serão renovados. Vários moradores residem nestas habitações há mais de 30 anos, estando agora a ser confrontados com as disposições da lei das rendas de Assunção Cristas, bem denominada como “lei dos despejos”, como mais este caso é prova.

Conforme relatos da imprensa e da própria comissão de moradores, está em causa o despejo de mais de 400 moradores, cerca de 150 famílias, cujos contratos terminam, em parte, em julho de 2018 e os restantes em 2020. Acresce que uma percentagem significativa destes moradores são idosos acima dos 70 anos, incluindo “gente acamada e doente”. A possibilidade deste despejo massivo mostra como é necessário e urgente alterar uma lei que está a provocar enormes prejuízos na sociedade portuguesa e que claramente desprotege arrendatários, fazendo pender o fiel da balança sempre para o lado mais forte, os senhorios

A rescisão dos contratos faz parte de um plano de reconfiguração do perfil do portfolio imobiliário da Fidelidade, com a seguradora a pretender vender 277 imóveis em todo o país, dos quais 70 por cento são de uso residencial. Recorde-se que, em 2014, a Fidelidade Seguros foi privatizada e a Caixa Geral de Depósitos ficou a deter apenas 15%

da empresa. Em outubro de 2017, a Fidelidade anunciou a intenção de "reforçar a solidez" da empresa com a venda de 277 imóveis, localizados em várias partes do país.

Estima-se que a seguradora – e por consequência o conglomerado chinês Fosun – ganhe 400 milhões de euros com a recomposição da carteira imobiliária, enquanto despeja milhares de pessoas. Tais despejos constituem um ataque social e económico às famílias. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que este despejo coletivo tem que ser travado pelas autoridades públicas e que configura uma violação do “direito à habitação” consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º. A decisão da privatização da seguradora da Caixa Geral de Depósitos, a Fidelidade, veio a público a janeiro de 2014. No âmbito da decisão existiam, alegadamente, duas condições sobre a relação entre o banco público e a seguradora que resultariam num benefício significativo para o comprador e num sacrifício de receita futura para o vendedor: a obrigação da venda de produtos da Fidelidade ao balcão da instituição bancária durante 25 anos, e o recebimento de comissões futuras consideravelmente inferiores à média praticada noutros acordos idênticos entre bancos e seguradoras do mercado português. A Fidelidade, então vendida ao Grupo Fosun, foi privatizada com vista a maximizar o encaixe imediato, sacrificando fontes significativas de receitas futuras adicionais que a Caixa Geral de Depósitos poderia angariar.

Os interesses de lucros do conglomerado chinês Fosun, à semelhança dos demais fundos abutres, não estão alinhados com o interesse nacional, sendo claro que a privatização supracitada tem resultado em perdas consecutivas de rendimentos para a Caixa Geral de Depósitos, e, por inerência numa perda para os contribuintes. Neste contexto, surge a possibilidade de um despejo massivo, que aliado a uma lei das rendas que tem vindo a desproteger arrendatários e a proteger quem quer praticar a especulação imobiliária é um cocktail explosivo para as nossas cidades e para as populações.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Desenvolva todas as medidas necessárias a impedir o despejo massivo anunciado para as torres da seguradora Fidelidade em Santo António dos Cavaleiros (Loures);
2. Em articulação com a Autarquia Local, promova o acompanhamento e apoio aos moradores no sentido de garantir o direito à habitação.

Assembleia da República, 6 de abril de 2018.
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,